



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA



Fevereiro/2015

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal da Fazenda Estadual

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

TIPO-004

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS
(P1)

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





CONHECIMENTOS GERAIS (P1)

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 3, considere o trecho abaixo transcrito.

- 1 *Como costume dizer, estou a cada momento descobrindo o óbvio. É que, às vezes, o óbvio, por ser óbvio, esconde o mistério, ou, pelo menos, é o que me parece.*
Uma das coisas óbvias que descobri é que muito troço na vida resulta, em boa parte, do acaso.
Sei que há pessoas que pensam o contrário, pois acreditam que tudo o que acontece já estava determinado. Acho isso
- 5 *difícil, quando mais não seja porque, sem falar no resto, só de gente no planeta há atualmente muitos bilhões. Já imaginou o que seria prever e determinar tudo o que deve ocorrer com essa quantidade de gente a cada minuto?*
Bem, não vou discutir esse tema porque não é ele que me traz a essa conversa com você. Acho fascinante – ainda que um tanto assustador – o fato de que o que pode nos acontecer seja imprevisível. Faz da vida uma aventura, e o jeito é torcer por um "happy end".
- 10 *Mas o melhor mesmo é não se preocupar com isso e deixar o barco correr solto. Isso não significa não tentar fazer com que tudo dê certo, ou seja, que busquemos o melhor, a felicidade, a alegria.*
É como no futebol: a função do técnico é treinar o time para que faça mais gols do que leve. Assim na vida como no jogo.
- (GULLAR, Ferreira Necessidade. **Folha de S.Paulo**, E10, ilustrada, domingo, 30/11/2014)

1. Afirma-se com correção:

- (A) O futuro do subjuntivo do verbo *prever* (linha 6) tem, com exceção da vogal da primeira sílaba, forma idêntica à do futuro do subjuntivo do verbo "prover".
- (B) Observada a organização sintática da frase (linhas 7 e 8), é também adequada esta outra pontuação para o período original "Acho fascinante (ainda que um tanto assustador), o fato de que o que pode nos acontecer, seja imprevisível".
- (C) Além do fato de ser veiculado pelo jornal, o que define que o texto de Ferreira Gullar seja exemplo de uso informal da linguagem é o assunto abordado.
- (D) Transposta a frase *Já imaginou ... a cada minuto?*, em seu contexto, para o discurso indireto, tem-se a forma "FG indagou se o leitor já teria imaginado o que seria prever e determinar tudo o que deve ocorrer com aquela quantidade de gente a cada minuto".
- (E) Na frase *Acho fascinante – ainda que um tanto assustador – o fato de que o que pode nos acontecer seja imprevisível*, temos exemplo de emprego de pronome demonstrativo referindo-se ao sentido geral de uma frase.
-
2. As principais ideias do trecho de Ferreira Gullar (FG) estão selecionadas e apresentadas de forma clara e fiel na seguinte formulação:
- (A) Contrariamente a certas pessoas que não acreditam no acaso, FG crê que muito do que ocorre na vida seja fruto do imprevisível, e isso, a despeito do seu quê de assustador, o fascina, pois, segundo ele, faz da vida uma ventura, com a qual não devemos nos preocupar, ainda que nos esforcemos para que nela tudo dê certo.
- (B) O fato de haver muitas pessoas que acreditam em forças superiores guiando a vida é contrário ao que pensa FG, pois ele opina a favor do acaso, imerso no mistério, cuja busca empreende costumeiramente; mesmo não querendo discutir o tema, que foge a seu escopo, acha fascinante torcer por um "happy end".
- (C) FG discorre sobre o tema do fatalismo, ressaltando o fascínio da vida pelo que nela há de assustador, mas advoga que quem vive não deve se preocupar com isso, mas em imitar o jogo: vence aquele que faz mais gols, não o que leva mais gols, contrariamente ao que pensam certas pessoas fatalistas.
- (D) FG assevera que é inerente ao óbvio esconder mistérios, e, por isso, ele frequentemente busca desvendá-lo; numa dessas incursões, descobriu que a maioria das pessoas acredita que, na vida, tudo está previamente determinado, ideia que ele rejeita por levar em conta a quantidade de gente do planeta.
- (E) Lançando a ideia de que o óbvio deve ser cultivado, pelo seu caráter misterioso, FG acha difícil, pela indagação feita, que as coisas se deem por forças superiores, principalmente por acreditar que a vida tem muito de um jogo: ganha o que está mais bem treinado para vencer os obstáculos da existência.
-

3. Observe a acepção que segue, constante de dicionário da língua portuguesa:

Fraseologia

*substantivo feminino

3. Rubrica: gramática, lexicologia, linguística.

frase ou expressão cristalizada, cujo sentido geralmente não é literal; frase feita, expressão idiomática.

Sob esse parâmetro, é correto considerar como exemplo de fraseologia o que se tem na alternativa:

- (A) *só de gente no planeta há atualmente muitos bilhões.*
- (B) *Já imaginou o que seria prever e determinar tudo o que deve ocorrer?*
- (C) *Como costume dizer.*
- (D) *muito troço na vida resulta.*
- (E) *deixar o barco correr solto.*



Atenção: Para responder às questões de números 4 a 9, considere o texto que segue.

1 *A primeira coisa a observar sobre o mundo na década de 1780 é que ele era ao mesmo tempo menor e muito maior que o*
nosso. Era menor geograficamente, porque até mesmo os homens mais instruídos e bem informados da época – digamos, um
homem como o cientista e viajante Alexander von Humboldt (1769-1859) – conheciam somente pedaços do mundo habitado.
5 *(Os mundos "conhecidos" de comunidades menos evoluídas e expansionistas do que a Europa Ocidental eram obviamente*
ainda menores, reduzindo-se a minúsculos segmentos da terra onde os analfabetos camponeses sicilianos ou o agricultor das
montanhas de Burma viviam suas vidas, e para além dos quais tudo era e sempre seria eternamente desconhecido.) A maior
parte da superfície dos oceanos, mas não toda, de forma alguma, já tinha sido explorada e mapeada graças à notável compe-
10 *tência dos navegadores do século XVIII como James Cook, embora os conhecimentos humanos sobre o fundo do mar*
tenham permanecido insignificantes até a metade do século XX. Os principais contornos dos continentes e da maioria das
ilhas eram conhecidos, embora pelos padrões modernos não muito corretamente. O tamanho e a altura das cadeias das mon-
tanhas da Europa eram conhecidos com alguma precisão, as localizadas em partes da América Latina o eram muito grossei-
15 *ramente, as da Ásia, quase totalmente desconhecidas, e as da África (com exceção dos montes Atlas), totalmente desconhe-*
cidas para fins práticos. Com exceção dos da China e da Índia, o curso dos grandes rios do mundo era um mistério para todos
a não ser para alguns poucos caçadores, comerciantes ou andarilhos, que tinham ou podem ter tido conhecimento dos que
corriam por suas regiões. Fora de algumas áreas – em vários continentes elas não passavam de alguns quilômetros terra a
dentro, a partir da costa – o mapa do mundo consistia de espaços brancos cruzados pelas trilhas demarcadas por negociantes
ou exploradores. Não fosse pelas informações descuidadas de segunda ou terceira mão colhidas por viajantes ou funcio-
nários em postos remotos, estes espaços brancos teriam sido bem mais vastos do que de fato o eram.

(HOBSBAWM, Eric J. O mundo na década de 1780. In: **A era das revoluções: Europa 1789-1848**, tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 23-24)

4. Observada a organização do texto, é plausível o que se afirma em:
- (A) (linhas 10 a 13) O fato de os segmentos *com alguma precisão, muito grosseiramente, quase totalmente desconhecidas e totalmente desconhecidas* caracterizarem o mesmo núcleo – *O tamanho e a altura das cadeias das montanhas* – é que propicia o entendimento de que a série vai do grau mais exato ao menos exato.
 - (B) (linha 10) A expressão *não muito corretamente* suaviza o peso da real avaliação feita pelo autor, que, se estivesse explícita, teria necessariamente a forma "totalmente errada".
 - (C) (linha 1) O numeral em *A primeira coisa a observar* é marcador que impõe as seguintes pressuposições: a) há outros fatores a serem observados; b) essa *primeira coisa a observar* é, como em todos os contextos, a mais relevante.
 - (D) (linha 2) A delimitação operada pelo emprego de *geograficamente* faz supor a existência de outros critérios, além do geográfico, para se avaliar o tamanho do mundo, por exemplo, o critério demográfico.
 - (E) (linha 4) O emprego da palavra "*conhecidos*", se devidamente observadas as aspas que a acompanham, define a equivalência semântica entre "o mundo habitado na década de 1780" e "os mundos conhecidos".

5. É legítima a seguinte afirmação:
- (A) Os contornos do mundo, na década de 1780, quer em escala menor, quer em maior, não eram acessíveis ao cidadão comum, como os camponeses, sobretudo os não alfabetizados.
 - (B) Dado o recorte feito no texto original, o leitor não tem acesso, no trecho transcrito, a argumentação que embasa a ideia de que a contradição manifesta na primeira frase seja aparente.
 - (C) A argumentação desenvolvida no trecho transcrito evidencia que o relativo desconhecimento dos fenômenos geológicos no século XVIII foi responsável pela compreensão generalizada de que o mundo, nessa época, era bastante menor.
 - (D) A exploração da superfície dos oceanos não atingiu relevância no século XVIII porque o conhecimento dos mares não tinha, à época, aplicabilidade prática.
 - (E) As informações sobre o mundo obtidas na década de 1780 são de pouca utilidade para estudos contemporâneos, a não ser aquelas produzidas por cientistas e viajantes notáveis, como Humboldt e Cook.

6. Compreende-se corretamente do texto:
- (A) O mapa do mundo, no século XVIII, era esboçado por linhas que definiam os caminhos a serem trilhados por negociantes e exploradores, esboço que se diferenciava do delineamento preciso de poucas áreas litorâneas dos continentes.
 - (B) A variação que se constata na precisão com que eram medidos o tamanho e a altura das montanhas dos distintos continentes deve ser atribuída à distinta prática dos habitantes locais no que se refere a esse tipo de mapeamento, prática que chegava, por exemplo, na África, a ser totalmente desconhecida.
 - (C) Os padrões modernos de mapeamento de um território tornam inadmissível considerar que no século XVIII os principais contornos dos continentes e da maioria das ilhas eram conhecidos.
 - (D) É incontestável o fato de que, no século XVIII, os caçadores, comerciantes e andarilhos conheciam o curso dos grandes rios das regiões por onde costumavam circular, excetuando-se os da China e da Índia.
 - (E) Muito do que se sabe sobre o mapa do mundo no século XVIII se deve ao registro, em locais longínquos, de notícias informais, por meio das quais se passavam adiante informações ouvidas de outros.



7. *Não fosse pelas informações descuidadas de segunda ou terceira mão colhidas por viajantes ou funcionários em postos remotos, estes espaços brancos teriam sido bem mais vastos do que de fato o eram.*

A frase acima respeita as orientações da gramática normativa no que se refere à concordância verbal e nominal, assim como ocorre com a seguinte frase:

- (A) Caso fosse registrado com mais rigor as informações dos caçadores, e também se elas fossem mais detalhadas, talvez mais se soubesse hoje sobre o conhecimento da época acerca dos rios da África.
- (B) Quaisquer que fossem as circunstâncias, mais favoráveis, ou menos favoráveis, cada habitante sempre enfrentava algo do mistério sobre as cadeias de montanhas que lhe eram próximas.
- (C) Se não fosse, naquela época, as ações de certos viajantes, muito do que se sabe hoje permaneceria incógnito.
- (D) Fosse qual fossem as informações prestadas por andarilhos, tiveram todas sua utilidade para o conhecimento do mundo do século XVIII.
- (E) Fosse quais fosse as intenções dos informantes, o fato é que aquilo que notificaram recebeu registro, ainda que as notícias fossem descuidadas.

8. *(Os mundos "conhecidos" de comunidades menos evoluídas e expansionistas do que a Europa Ocidental eram obviamente ainda menores, reduzindo-se a minúsculos segmentos da terra onde os analfabetos camponeses sicilianos ou o agricultor das montanhas de Burma viviam suas vidas, e para além dos quais tudo era e sempre seria eternamente desconhecido.)*

Considerado o acima transcrito, em seu contexto, afirma-se com correção:

- (A) Tanto é legítimo entender que o autor, transportando-se para a década de 1780, emprega a forma verbal *era* para descrever o que então era presente, quanto que a forma verbal *era* designa fato passado concebido como durativo.
- (B) A forma verbal *seria* foi empregada para expressar uma realidade possível, mas considerada pelo autor como pouco provável.
- (C) Se a formulação *reduzindo-se a minúsculos segmentos da terra* fosse substituída por "no caso de se reduzirem a minúsculos segmentos da terra", a fidelidade à ideia original estaria mantida.
- (D) A frase introduzida pelo conector *onde* está gramaticalmente correta, assim como está correta a seguinte frase em que ele aparece: "Sua explanação foi clara, é onde se conclui que não haverá brecha para dúvidas".
- (E) Em *os analfabetos camponeses sicilianos ou o agricultor das montanhas de Burma*, constitui equívoco o emprego simultâneo de um artigo definido no plural e um no singular, visto que não se pode atribuir a este último um sentido genérico, como se tem no primeiro.

9. *A maior parte da superfície dos oceanos, mas não toda, de forma alguma, já tinha sido explorada e mapeada graças à notável competência dos navegadores do século XVIII como James Cook, embora os conhecimentos humanos sobre o fundo do mar tenham permanecido insignificantes até a metade do século XX.*

Na frase acima,

- (A) as unidades conectadas por meio da conjunção *embora* apresentam adequada correlação verbal; redação que equivale semanticamente à original, iniciada por *Os conhecimentos humanos*, estaria também adequada com a presença das formas "permaneceriam" e "já fosse explorada e mapeada".
- (B) a palavra *insignificantes* apresenta prefixo de igual natureza e sentido do notado em "ingerir".
- (C) a conjunção *mas*, mais do que introduzir uma contraposição, indica uma eliminação da ideia expressa anteriormente.
- (D) o segmento *já tinha sido explorada e mapeada* expressa ações realizadas anteriormente ao tempo tomado como parâmetro, a época de que trata o texto, a década de 1780.
- (E) o emprego do sinal indicativo da crase está condizente com a gramática normativa, assim como ocorre com o sinal presente na formulação "graças à notáveis e competentes navegadores do século XVIII".

10. Está redigida de maneira clara e em concordância com as orientações da gramática normativa a seguinte frase:

- (A) Muitos dos colaboradores diretos se absteram de comentar o incidente, que, para dizer a verdade, o diretor não deu a mínima importância, mas que foi trazido à pauta por insistência da secretária.
- (B) Uma reunião que cabe à família solucionar problema interno candente deve transcorrer em clima harmonioso e de acolhimento, que costumam propiciar reflexões ponderadas.
- (C) Despretenciosa por natureza, não entregava-se à tentação de ostentar poder ou influência, mas era, segundo porta-vozes de distintos setores, uma das pessoas a cuja opinião mais se dava valor.
- (D) Acentuando com franqueza a mudança que empreendeu, daquela existência solitária e pacata para um modo de vida mais social e dinâmico, obteve o apoio de que necessitava para ir em frente.
- (E) Todos quiseram saber o porquê de seu repentino pedido de demissão, que acabou por espoliar o projeto, que vinha sendo encaminhado com perspectivas bastante favoráveis.

**Matemática Financeira**

11. Três meses antes de seus vencimentos, dois títulos foram descontados em um banco, com taxa de desconto de 48% ao ano. Sabe-se que o valor nominal do primeiro título era o dobro do valor nominal do segundo. Para o primeiro, utilizou-se a operação de desconto comercial simples e, para o segundo, a de desconto racional simples. Se a soma dos descontos foi igual a R\$ 1.215,00, então, o módulo da diferença entre os dois valores líquidos recebidos foi
- (A) R\$ 3.965,00
(B) R\$ 9.285,00
(C) R\$ 3.035,00
(D) R\$ 3.500,00
(E) R\$ 3.830,00
-
12. Um capital de R\$ 14.700,00 foi aplicado a juro simples da seguinte forma:
- $\frac{1}{3}$ à taxa de 6% ao mês por um trimestre;
 - $\frac{2}{5}$ à taxa de 13% ao bimestre por 5 meses e
 - o restante à taxa de x% ao bimestre por 1 semestre.
- O juro total arrecadado foi de R\$ 3.616,20. Se um capital de R\$ 18.000,00 for aplicado a juros compostos, à taxa de x% ao bimestre, por um período de 4 meses, o montante dessa aplicação será
- (A) R\$ 20.608,20
(B) R\$ 23.594,33
(C) R\$ 19.260,00
(D) R\$ 19.945,95
(E) R\$ 20.520,00
-
13. Um capital C foi aplicado a juros compostos, à taxa de 5% ao mês. Ao completar 1 bimestre, seu montante foi resgatado e imediatamente aplicado a juro simples, à taxa de 6% ao mês. Ao fim de 1 semestre da segunda aplicação, o montante M era de R\$ 14.994,00. Suponha que, desde o início, o capital C tivesse sido aplicado a juro simples, à taxa mensal i, de modo que o montante final fosse igual a M. Dos números abaixo, o mais próximo de i é
- (A) 6,4%
(B) 6,5%
(C) 6,1%
(D) 6,2%
(E) 6,3%
-
14. Um investidor aplicou um capital de R\$ 10.000,00 e resgatou o total de R\$ 13.600,00 ao fim de 1 semestre. Se, nesse período, a taxa real de juros foi de 32%, então, dos valores seguintes, o que mais se aproxima da taxa de inflação do período é
- (A) 3%
(B) 2,5%
(C) 4,5%
(D) 4%
(E) 3,5%



15. Considere a tabela abaixo, com taxa de 4% ao período. Use somente duas casas decimais em seus cálculos.

n	24	36	48
Fator de acumulação de capital para pagamento único	2,56	4,10	6,57
Fator de valor atual de uma série de pagamentos	15,25	18,91	21,20
Fator de acumulação de capital de uma série de pagamentos	39,08	77,60	139,26

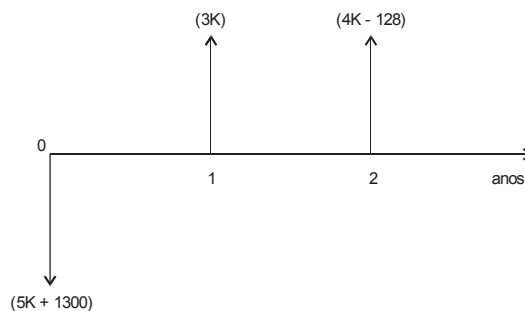
Nessa tabela, tem-se que o fator de acumulação de capital para pagamento único é dado por $(1+i)^n$, o fator de valor atual de uma série de pagamentos é dado por $\frac{(1+i)^n - 1}{i \cdot (1+i)^n}$ e o fator de acumulação de capital de uma série de pagamentos é dado por $\frac{(1+i)^n - 1}{i}$.

Um empresário tomou em um banco um empréstimo no valor de R\$ 94.550,00, a ser pago em 36 meses. Será utilizado o Sistema Francês de Amortização, à taxa de 4% ao mês, com parcelas mensais e consecutivas, a primeira vencendo um mês após a data do contrato. Sobre a terceira prestação desse empréstimo, é verdade que

- (A) ela difere de R\$ 100,00 da segunda prestação.
- (B) ao ser paga, ela deixa um saldo devedor de R\$ 93.500,00.
- (C) seu valor é de R\$ 5.200,00.
- (D) sua cota de amortização é R\$ 1.266,22.
- (E) sua parcela de juros é R\$ 3.682,61.
-
16. Uma pessoa deve a um credor três parcelas mensais consecutivas de mesmo valor nominal R\$ 1.000,00 cada, a primeira a vencer daqui a 30 dias. Deseja hoje substituí-las por dois pagamentos iguais entre si, um com vencimento para daqui a 2 meses e outro para daqui a 4 meses. Utilizando o critério do desconto racional composto, com taxa de 5% ao mês, o valor X de cada uma dessas duas prestações, em reais, é tal que
- (A) $1\ 585 < X < 1\ 590$
- (B) $1\ 570 < X < 1\ 575$
- (C) $1\ 590 < X < 1\ 595$
- (D) $1\ 575 < X < 1\ 580$
- (E) $1\ 580 < X < 1\ 585$
-
17. Em uma loja, um computador está sendo vendido de duas formas:
- à vista, por um preço P igual a R\$ 4.500,00 ou
 - a prazo, sem juros, com pagamento em 3 parcelas de R\$ 1.500,00 cada, sendo a primeira dada como entrada e as outras vencendo daí a 30 e 60 dias da data da compra.
- O proprietário da loja consegue aplicar seu dinheiro a juros compostos, à taxa de 5% ao mês. Ele deseja oferecer um desconto no preço à vista desse computador, mas não quer ter prejuízos. Dessa forma, o valor mais próximo da taxa de desconto máximo que ele pode oferecer sobre o preço P é de
- (A) 5,25%
- (B) 9,23%
- (C) 4,68%
- (D) 4,70%
- (E) 4,96%
-
18. Uma pessoa contraiu uma dívida a ser paga pelo Sistema de Amortização Constante – SAC em 40 prestações mensais e consecutivas. Se a primeira prestação, que vence ao completar um mês da data do empréstimo, é de R\$ 3.000,00 e a décima é igual a R\$ 2.550,00, então a última prestação é de
- (A) R\$ 1.150,00
- (B) R\$ 1.200,00
- (C) R\$ 1.000,00
- (D) R\$ 1.050,00
- (E) R\$ 1.100,00



19. No fluxo de caixa abaixo, a taxa interna positiva de retorno é de 20% ao ano.



O valor de K é

- (A) R\$ 3.896,00
- (B) R\$ 5.000,00
- (C) R\$ 117,84
- (D) R\$ 260,00
- (E) R\$ 714,00

20. Na tabela abaixo, têm-se os fluxos de caixa de dois projetos, A e B.

Ano	Projeto A (em reais)	Projeto B (em reais)
0	- 8.000	- 6.000
1	+ 4.998	+ 4.020
2	+ 6.192	+ E

Sabe-se que a taxa mínima de atratividade é de 20% e os valores presentes líquidos dos dois projetos são iguais. Nessas condições, o valor de E é, em reais,

- (A) 5.170,00
- (B) 5.832,17
- (C) 4.485,60
- (D) 4.533,00
- (E) 4.965,00

Estatística

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 23 utilize, dentre as informações dadas a seguir, as que julgar apropriadas.

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 0,4) = 0,655; P(Z < 1,2) = 0,885; P(Z < 1,6) = 0,945; P(Z < 1,8) = 0,964; P(Z < 2) = 0,977.$$

21. Uma auditoria feita em uma grande empresa considerou uma amostra aleatória de 64 contas a receber. Se a população de onde essa amostra provém é infinita e tem distribuição normal com desvio padrão igual a R\$ 200,00 e média igual a R\$ 950,00, a probabilidade da variável aleatória média amostral, usualmente denotada por \bar{X} , estar situada entre R\$ 980,00 e R\$ 1.000,00 é dada por

- (A) 28,5%
- (B) 47,7%
- (C) 86,2%
- (D) 18,4%
- (E) 9,2%



Atenção: Para responder às questões de números 22 e 23, considere as informações a seguir:

O efeito do medicamento A é o de baixar a pressão arterial de indivíduos hipertensos. O tempo, em minutos, decorrido entre a tomada do remédio e a diminuição da pressão é uma variável aleatória X com distribuição normal, tendo média μ e desvio padrão σ .

22. Uma amostra aleatória de n indivíduos hipertensos foi selecionada com o objetivo de se estimar μ . Supondo que o valor de σ é 10 min, o valor de n para que o estimador não se afaste de μ por mais do que 2 min, com probabilidade de 89%, é igual a

- (A) 49
- (B) 64
- (C) 36
- (D) 100
- (E) 81

23. Se o valor de μ é de 56 min e o valor de σ é de 10 min, a probabilidade de X estar compreendido entre 52 min e 74 min é igual a

- (A) 30,9%
- (B) 56,0%
- (C) 61,9%
- (D) 52,4%
- (E) 64,5%

24. Um relatório, redigido por um auditor de um órgão público, tem 2 capítulos com 40 páginas cada. Esse relatório apresenta uma média de 1 erro ortográfico a cada 10 páginas. Considere que:

- I. a variável X que representa o número de erros por página tem distribuição de Poisson com média 0,1;
- II. existe independência entre os eventos número de erros ortográficos do capítulo 1 e número de erros ortográficos do capítulo 2.

Nessas condições, a probabilidade de que pelo menos um dos capítulos possua no máximo um erro ortográfico é igual a

- (A) 0,1800
- (B) 0,1815
- (C) 0,0180
- (D) 0,1719
- (E) 0,0164

Dados: $e^{-0,1} = 0,905$
 $e^{-2} = 0,135$
 $e^{-4} = 0,018$

25. Sabe-se que uma urna contém uma proporção de p bolas pretas e de $(1 - p)$ bolas brancas. O valor de p é desconhecido, mas sabe-se que é $3/5$ ou é $1/2$. A fim de se chegar a uma conclusão, seleciona-se ao acaso e com reposição 10 bolas da urna e observa-se o número de bolas pretas. Um teste de hipóteses é proposto, esse considera testar a hipótese nula $H_0: p = 1/2$ contra a hipótese alternativa $H_a: p = 3/5$. Se o teste rejeitar H_0 quando pelo menos 8 bolas pretas forem encontradas, o nível de significância do teste é igual a

- (A) $7/128$
- (B) $17/256$
- (C) $25/512$
- (D) $15/256$
- (E) $9/128$



26. A tabela a seguir apresenta a distribuição de frequências relativas dos valores cobrados, em reais, do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) em determinado município no ano de 2014.

IPTU (em reais)	Frequência relativa
200 — 600	x
600 — 1.000	0,20
1.000 — 1.400	0,40
1.400 — 1.800	y
1.800 — 2.200	0,10

Sabe-se que o valor da mediana desses dados, calculado pelo método da interpolação linear, é igual a R\$ 1.250,00. Nessas condições, o valor médio do IPTU, calculado considerando que todos os valores incluídos num intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio do intervalo, é, em reais, igual a

- (A) 1.240,00
 (B) 1.275,00
 (C) 1.260,00
 (D) 1.280,00
 (E) 1.320,00
-
27. Um estudo mostra que 20% de todos os candidatos que estão prestando determinado concurso público possuem doutorado em determinada área do conhecimento. Selecionando-se ao acaso e com reposição 4 desses candidatos, a probabilidade de que exatamente 2 possuam doutorado é igual a
- (A) 13,24%
 (B) 10,24%
 (C) 5,72%
 (D) 8,46%
 (E) 15,36%

Atenção: Considere as informações dadas na tabela seguir. Se t tem distribuição de *Student* com g graus de liberdade, a tabela fornece os valores de t_c tais que $P(t > t_c) = c$

g	8	9
$t_{0,025}$	2,31	2,26
$t_{0,05}$	1,86	1,83

28. Um pesquisador deseja estimar o tempo médio μ em horas, para a realização de determinada tarefa pelos funcionários de determinada empresa. Uma amostra aleatória de 9 funcionários que realizam a tarefa revelou os seguintes tempos de realização: x_1, x_2, \dots, x_9 . Considerando que essa amostra provém de uma população infinita e que

$$\sum_{i=1}^9 x_i = 54 \text{ horas e } \sum_{i=1}^9 x_i^2 = 396 \text{ (horas)}^2,$$

um intervalo de confiança para μ com coeficiente de confiança de 95%, em horas, é dado por

- (A) (3,74; 8,26)
 (B) (4,17; 7,83)
 (C) (3,80; 6,60)
 (D) (4,14; 7,86)
 (E) (3,69; 8,31)



29. Considere as seguintes afirmações:

- I. O histograma é um gráfico apropriado para representar dados de variáveis quantitativas contínuas.
- II. Se X é uma variável aleatória com parâmetros n e p , onde n representa o número de ensaios de Bernoulli e p representa a probabilidade de sucesso em cada ensaio, então a variância de X é dada pelo produto np .
- III. O nível de significância de um teste é a probabilidade de se cometer erro do tipo I.
- IV. Se r é o coeficiente de correlação linear de Pearson entre duas variáveis, então $-1 < r < 1$.

É verdade o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) III.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

30. O modelo $Y_t = \alpha + \beta t + \varepsilon_t$, $t = 1, 2, 3, \dots$, foi considerado para prever o lucro de uma companhia no ano $(2007 + t)$.

Sabe-se que:

- Y_t representa o lucro, em milhões de reais no ano t ;
- α e β são parâmetros desconhecidos;
- ε_t é o correspondente erro aleatório, com as respectivas hipóteses da regressão linear;
- as estimativas de α e β foram obtidas pelo método de mínimos quadrados, considerando-se as observações Y_t no período de 6 anos (2008 a 2013).

Os dados relativos às observações são:

$$\sum_{t=1}^6 t = 21 \quad \sum_{t=1}^6 t^2 = 91 \quad \sum_{t=1}^6 ty = 140, \quad \sum_{t=1}^6 y_t = 36$$

Nessas condições, a previsão de mínimos quadrados para o lucro da companhia, em milhões de reais, no ano de 2014, é igual a

- (A) 8,80
- (B) 9,50
- (C) 7,55
- (D) 8,15
- (E) 7,90

Tecnologia da Informação

31. Na Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí a assinatura digital permite comprovar que uma informação foi realmente gerada por quem diz tê-la gerado e que ela não foi alterada. Isto equivale a afirmar, respectivamente, que é possível comprovar que uma informação

- (A) é autêntica e confidencial.
- (B) é autêntica e está íntegra.
- (C) não pode ser repudiada e é autêntica.
- (D) não pode ser repudiada e é confidencial.
- (E) é privada e está sempre disponível.



32. Em determinada instituição, João envia uma mensagem criptografada para Antônio, utilizando criptografia assimétrica. Para codificar o texto da mensagem, João usa
- (A) a chave privada de Antônio. Para Antônio decodificar a mensagem que recebeu de João, ele terá que usar sua chave privada. Cada um conhece apenas sua própria chave privada.
 - (B) a chave pública de Antônio. Para Antônio decodificar a mensagem que recebeu de João, ele terá que usar a chave privada, relacionada à chave pública usada no processo por João. Somente Antônio conhece a chave privada.
 - (C) a chave pública de Antônio. Para Antônio decodificar a mensagem que recebeu de João, ele terá que usar a chave privada, relacionada à chave pública usada no processo por João. Ambos conhecem a chave privada.
 - (D) a chave privada de Antônio. Para Antônio decodificar a mensagem que recebeu de João, ele terá que usar a chave pública, relacionada à chave privada usada no processo por João. Ambos conhecem a chave privada.
 - (E) sua chave privada. Para Antônio decodificar a mensagem que recebeu de João, ele terá que usar sua chave pública. Somente João conhece a chave privada.

33. Em um dos documentos presentes no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí consta o seguinte texto:

Além dos arquivos digitais no padrão definido em norma e do aplicativo GeraTEDeNF, a empresa deverá possuir um certificado digital, em um padrão específico, emitido por Autoridade Certificadora credenciada à ICP/BR que contenha o CNPJ da empresa. O uso de certificado digital de pessoa física emitido por Autoridade Certificadora credenciada à ICP/BR, que contenha o CPF do titular será permitido desde que a SEFAZ-PI seja comunicada previamente através da apresentação do Termo de Outorga de Poderes para Assinatura e Transmissão de Arquivos Digitais firmada pelo representante legal da empresa.

(http://sefaz.pi.gov.br/phocadownload/userupload/4f3e3e7dd5/orientacao_envio_convenio_115_pela_internet.pdf)

No site <http://nf-eletronica.com> consta o seguinte texto adaptado:

O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) exige o uso de Certificado Digital em um padrão específico, emitido por Autoridade Certificadora credenciada à ICP/BR.

(http://nf-eletronica.com/blog/?page_id=59)

Um padrão específico de certificado digital usado na ICP Brasil (ICP/BR) é citado em ambos os textos e especifica, entre várias outras coisas, o formato dos certificados digitais, de tal maneira que se possa amarrar firmemente um nome a uma chave pública, permitindo autenticação forte. Trata-se do padrão

- (A) X509.v6.
- (B) SET.
- (C) PGP.
- (D) X509.v3.
- (E) SPDK/SDSI.

34. Considere o texto a seguir retirado do portal da Secretaria da Fazenda:

*O certificado digital utilizado na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser adquirido junto à Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, devendo ser do tipo **I** ou **II** e conter o CNPJ de um dos estabelecimentos da empresa.*

(<http://www.nfe.fazenda.gov.br/PORTAL/perguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=k/E5BakB80o=>)

As características dos certificados digitais **I** e **II** são descritas a seguir:

- I.** A chave privada é armazenada no disco rígido do computador, que também é utilizado para realizar a assinatura digital.
- II.** A chave privada é armazenada em dispositivo portátil inviolável do tipo *smart card* ou *token*, que possui um *chip* com capacidade de realizar a assinatura digital.

I e **II** são, respectivamente,

- (A) S1 e S2.
- (B) A2 e A3.
- (C) S1 e S3.
- (D) A2 e A4.
- (E) A1 e A3.



35. Considere o seguinte processo de propagação e infecção de um tipo de *malware*.

Após infectar um computador, ele tenta se propagar e continuar o processo de infecção. Para isto, necessita identificar os computadores alvos para os quais tentará se copiar, o que pode ser feito de uma ou mais das seguintes maneiras:

- efetuar varredura na rede e identificar computadores ativos;
- aguardar que outros computadores contatem o computador infectado;
- utilizar listas, predefinidas ou obtidas na Internet, contendo a identificação dos alvos;
- utilizar informações contidas no computador infectado, como arquivos de configuração e listas de endereços de e-mail.

Após identificar os alvos, ele efetua cópias de si mesmo e tenta enviá-las para estes computadores, por uma ou mais das seguintes formas:

- como parte da exploração de vulnerabilidades existentes em programas instalados no computador alvo;
- anexadas a e-mails;
- via programas de troca de mensagens instantâneas;
- incluídas em pastas compartilhadas em redes locais ou do tipo P2P (*Peer to Peer*).

Após realizado o envio da cópia, ele necessita ser executado para que a infecção ocorra, o que pode acontecer de uma ou mais das seguintes maneiras:

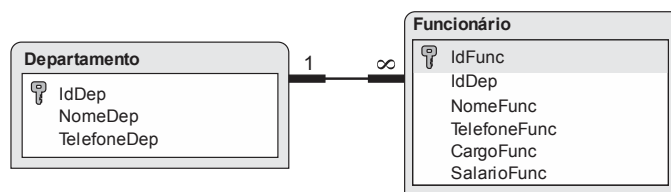
- imediatamente após ter sido transmitido, pela exploração de vulnerabilidades em programas sendo executados no computador alvo no momento do recebimento da cópia;
- diretamente pelo usuário, pela execução de uma das cópias enviadas ao seu computador;
- pela realização de uma ação específica do usuário, a qual ele está condicionado como, por exemplo, a inserção de uma mídia removível.

Após o alvo ser infectado, o processo de propagação e infecção recomeça, sendo que, a partir deste momento, o computador que antes era o alvo passa a ser também originador dos ataques.

Trata-se do processo de propagação e infecção por

- backdoor*.
- trojan*.
- spyware*.
- worm*.
- vírus.

Instruções: O modelo de dados mostrado na imagem a seguir apresenta o relacionamento (com integridade referencial) entre duas tabelas de um banco de dados criado com o Microsoft Access 2010 em português. Ela deverá ser utilizada para responder as questões de números 36 a 38.



36. Após criar as tabelas *Departamento* e *Funcionário* no banco de dados criado no Microsoft Access 2010, em português, para gerar o modelo apresentado utilizou-se a opção

- Relacionamentos da guia Modelos de Dados.
- Dependências entre Objetos da guia Ferramentas de Banco de Dados.
- Relações da guia Ferramentas de Banco de Dados.
- Dependências da guia Modelagem de Dados.
- Relações da guia Modelar Entidade-Relacionamento.

37. É correto afirmar que

- a tabela *Funcionário* possui chave primária e chave estrangeira.
- um departamento só poderá ser cadastrado se antes já tiver um funcionário cadastrado nele.
- na tabela *Funcionário*, o campo chave estrangeira é *IdFunc*.
- a tabela *Departamento* não possui chave primária.
- o relacionamento estabelecido entre as tabelas possui grau muitos-para-muitos.



38. Considere que na tabela Departamento o campo IdDep foi criado para receber valores inteiros e os campos NomeDep e TelefoneDep para receber cadeias de caracteres. Para inserir o valor 10 no campo IdDep, Recursos Humanos no campo NomeDep e (86) 3216-9600 no campo TelefoneDep, utiliza-se a instrução SQL
- (A) UPDATE TO Departamento VALUES (10, 'Recursos Humanos', '(86)3216-9600');
 (B) INSERT INTO Departamento VALUES ('10', 'Recursos Humanos', '(86)3216-9600');
 (C) INSERT TO Departamento VALUES (10, 'Recursos Humanos', '(86)3216-9600');
 (D) UPDATE INTO Departamento VALUES (10, 'Recursos Humanos', '(86)3216-9600');
 (E) INSERT INTO Departamento VALUES (10, 'Recursos Humanos', '(86)3216-9600');

39. Considere a seguinte descrição de componentes de computadores encontrada em um site de comércio eletrônico:

Intel Core i7-5960X 3.0GHz 20MB LGA 2011 V3 DDR4 2133MHz BX80648I75960X

DDR4 2133MHz refere-se à configuração

- (A) do HD.
 (B) da Memória RAM.
 (C) da memória cache.
 (D) do Processador.
 (E) do monitor de vídeo.
40. No Relatório de Gestão – 2009, disponível no portal da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí constam dados da arrecadação total de tributos de 2006 a 2009, conforme mostra a planilha a seguir, digitada no Microsoft Excel 2010 em português.

	A	B
1	Ano	Valor arrecadado
2	2006	R\$ 1.133.908,00
3	2007	R\$ 1.248.407,00
4	2008	R\$ 1.490.745,00
5	2009	R\$ 1.754.971,00
6	Aumento da arrecadação entre 2006 e 2009 (em porcentagem).	
7	54,77	

Comparando-se o exercício de 2009 ao de 2006, constata-se que a arrecadação acumulada de tributos aumentou 54,77% (célula A7) em termos nominais, variando de 1.133.908,00 (célula B2) para 1.754.971,00 (célula B5). Este aumento mostrado na célula A7, formatada para exibir valores numéricos com apenas duas casas decimais, foi obtido pela utilização da fórmula

- (A) $= (B5 - B2 - 1) \times 100$
 (B) $= \text{DIFERENÇA}(B2:B5; "%")$
 (C) $= B5 / (B2 - 1) \times 100$
 (D) $= (B5 / B2 - 1) \times 100$
 (E) $= B5 / (B2 - 1 \times 100)$

Direito Administrativo

41. A Secretaria da Fazenda contratou empresa especializada para estruturar uma operação financeira envolvendo a antecipação do recebimento de créditos tributários oriundos de programa de parcelamento incentivado destinado a contribuintes de ICMS. Ocorre que, no curso do contrato, com base em razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pela autoridade máxima a que se subordina a contratante, restou decidida a descontinuidade da operação, por ser considerada muito elevada a taxa de desconto indicada para o seu sucesso. Diante da situação narrada, e de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a Administração contratante está autorizada a
- (A) sustar os pagamentos estabelecidos contratualmente, devendo, contudo, como forma de assegurar o correspondente equilíbrio econômico-financeiro, liberar a garantia prestada pela contratante.
 (B) rescindir o contrato unilateralmente, ressarcindo a contratada pelos prejuízos regularmente comprovados que tenha sofrido.
 (C) rescindir o contrato, independentemente da concordância da contratada, que somente fará jus aos pagamentos devidos pelas parcelas executadas até a rescisão.
 (D) rescindir o contrato, desde que conte com a concordância da empresa contratada, vedado o pagamento de lucros cessantes.
 (E) suspender a execução do contrato, somente podendo rescindi-lo unilateralmente se comprovado vício de legalidade.



42. Considere que o Estado do Piauí tenha instituído uma empresa estatal voltada ao fomento do turismo e pretenda contratá-la para desenvolver projetos e prestar serviços nessa área. De acordo com as disposições da legislação federal que rege a matéria, o Estado
- (A) pode contratar a empresa diretamente, com inexigibilidade de licitação, por se tratar de entidade integrante da Administração Indireta.
 - (B) deverá licitar os serviços, podendo, no certame, conferir tratamento diferenciado à empresa em relação aos demais licitantes, utilizando a denominada margem de preferência.
 - (C) pode contratar a empresa independentemente de licitação, se a mesma for qualificada como agência executiva.
 - (D) pode contratar a empresa diretamente, com dispensa de licitação, se a mesma foi criada antes da edição da Lei nº 8.666/93 e o preço ofertado for compatível com o praticado no mercado.
 - (E) somente pode contratar a empresa mediante convênio e desde que o preço pago seja competitivo, afastada a necessidade de licitação.
-
43. O Estado do Piauí necessita realizar obras de grande vulto, estimadas em R\$ 1 bilhão, para captação e adução de água, bem como tratamento e fornecimento à população de região que vem sofrendo descontinuidade no abastecimento. Considerando que não possui recursos orçamentários suficientes para custear integralmente as despesas operacionais com o tratamento e fornecimento de água, o Estado aventou a possibilidade de celebrar uma parceria público-privada para a consecução do objeto pretendido. De acordo com a legislação que rege a matéria, tal opção seria juridicamente
- (A) cabível, podendo ser adotada a modalidade concessão comum, com prestação dos serviços pelo parceiro privado mediante pagamento de contraprestação tarifária pelo poder público.
 - (B) incabível, em face do valor estimado dos investimentos e da conjugação, em um mesmo objeto, de obras e serviços.
 - (C) cabível, podendo ser adotada a modalidade concessão patrocinada, com a cobrança de tarifa dos usuários e pagamento de contraprestação pecuniária pelo Estado.
 - (D) incabível, dado que se trata de serviço público essencial não passível de exploração por entidade privada.
 - (E) cabível, desde que adotada a modalidade concessão administrativa, eis que inviável juridicamente a cobrança de tarifa dos usuários.
-
44. Determinado servidor da Secretaria da Fazenda inseriu informações falsas sobre cidadão, seu desafeto, no cadastro de contribuintes do Estado, fazendo com que o referido cidadão passasse a figurar no cadastro de inadimplentes. Diante dessa situação, o cidadão, que é um pequeno empresário, sofreu diversos prejuízos morais e patrimoniais, especialmente em decorrência de restrições de crédito. A responsabilidade do Estado pelos danos sofridos pelo cidadão é
- (A) subjetiva, dependendo, pois, da prévia responsabilização do agente público em processo disciplinar ou administrativo.
 - (B) objetiva, dependendo, para efeito do dever de indenizar o cidadão, da comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do servidor e os danos sofridos.
 - (C) afastada, se comprovada culpa exclusiva do agente público, o qual responde civilmente perante o cidadão prejudicado e administrativamente por falta disciplinar.
 - (D) condicionada à comprovação de dolo do servidor, circunstância que, se presente, obriga o Estado a indenizar os danos patrimoniais e morais sofridos pelo cidadão.
 - (E) decorrente da prestação do serviço público, não estando presente na situação narrada em face da conduta dolosa do agente público.
-
45. Considere as seguintes afirmações sobre Administração Direta e Indireta:
- I. Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, que desempenham serviço público descentralizado, com capacidade de auto-administração.
 - II. Sociedades de economia mista submetem-se ao regime jurídico de direito público e têm por objeto, exclusivamente, o exercício de atividade econômica em regime de competição no mercado.
 - III. Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado que podem desempenhar apenas serviços públicos ou atividade econômica em regime de monopólio.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III.



46. Determinado cidadão solicitou à dirigente de órgão integrante da Administração pública informações sobre ato praticado pela referida autoridade, consistente na contratação de instituição especializada para a realização de auditorias em contratos celebrados pelo referido órgão. De acordo com as disposições da Lei nº 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação, a referida autoridade administrativa
- (A) somente poderá negar a disponibilização de informações que considere estratégicas para a Administração, mediante despacho fundamentado da autoridade máxima da correspondente instância administrativa.
 - (B) estará obrigada a disponibilizar apenas as informações que forem pertinentes ao interesse do requerente, conforme justificado no correspondente requerimento.
 - (C) não estará obrigada a disponibilizar as informações, se entender, fundamentadamente, que as mesmas são de caráter sigiloso.
 - (D) estará obrigada a disponibilizar, exclusivamente, as informações relativas à contratação, porém não o resultado dos estudos.
 - (E) não poderá negar a disponibilização das informações relativas à contratação, bem assim dos resultados das auditorias realizadas.
-
47. Fernando, auditor fiscal, deixou, indevidamente, de praticar ato de ofício ao qual estava obrigado pela legislação aplicável. Constatou-se que a conduta de Fernando objetivou beneficiar Carlos, amigo seu que solicitou que não efetuasse o lançamento de débito tributário de sua responsabilidade. De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92,
- (A) Para a penalização de Fernando e Carlos afigura-se necessária a comprovação de conduta dolosa e enriquecimento ilícito.
 - (B) Fernando será penalizado independentemente de prejuízo à Administração e Carlos poderá apenas ser responsabilizado na esfera penal.
 - (C) apenas Fernando se submete às penalidades da Lei de Improbidade, que incluem, no caso narrado, a perda da função pública.
 - (D) Fernando praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública e as penas aplicáveis alcançam também Carlos, no que couber.
 - (E) Fernando se submete, automaticamente, às penalidades previstas no referido diploma legal, que também alcançam Carlos se este puder ser equiparado à agente público.
-
48. Os bens públicos classificados como dominicais
- (A) são os materialmente utilizados pela Administração pública para a consecução de seus fins e realização de suas atividades.
 - (B) podem ser usados por todos do povo, em face de sua natureza ou por determinação legal.
 - (C) são inalienáveis, enquanto não desafetados da função pública que lhes foi normativamente conferida.
 - (D) são aqueles integrantes do domínio público do Estado e, portanto, inalienáveis.
 - (E) integram o domínio privado do Estado, ou seja, seu patrimônio disponível.
-
49. O Estado pretende realizar licitação para a execução de obras de grande vulto no setor rodoviário e, objetivando ampliar o máximo possível a competição, aventa a possibilidade de instaurar uma concorrência de âmbito internacional. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, tal alternativa afigura-se
- (A) inviável, salvo se adotado o regime diferenciado de contratações públicas.
 - (B) viável, devendo as propostas apresentadas pelos licitantes estrangeiros serem acrescidas dos gravames decorrentes dos tributos que oneram os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda.
 - (C) viável, vedado ao licitante estrangeiro cotar o preço em moeda estrangeira.
 - (D) inviável, salvo se os pagamentos forem efetuados com recursos de empréstimo internacional.
 - (E) viável, desde que se trate de contrato na modalidade parceria público-privada.
-
50. O denominado RDC, Regime Diferenciado de Contratações Públicas, introduzido pela Lei nº 12.462/2011, contempla diferenças importantes em relação ao regime ordinário, previsto pela Lei nº 8.666/93, dentre as quais pode-se citar:
- (A) orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação.
 - (B) possibilidade de participação, na licitação, de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto básico relativo ao objeto do certame.
 - (C) sigilo nas fases de habilitação e pré-qualificação, com divulgação pública apenas após o julgamento das propostas.
 - (D) regime de contratação integrada, para execução de obras e serviços de engenharia, desde que estimados em valor igual ou superior a R\$ 1 bilhão.
 - (E) desnecessidade de prévio projeto básico para a contratação de obras e serviços de engenharia sob o regime de empreitada integral.

**Direito Civil**

51. De acordo com o Código Civil, o depósito
- (A) obriga a restituição da coisa, em regra, no lugar em que tiver sido celebrado o negócio, ainda que não seja o mesmo em que a coisa tenha sido guardada.
 - (B) transfere ao depositário o domínio de bem móvel e necessariamente infungível.
 - (C) obriga o depositário a pagar as despesas feitas com a coisa.
 - (D) é oneroso, em regra.
 - (E) não autoriza o depositário a servir-se da coisa depositada, salvo licença expressa do depositante.
-
52. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, considera-se consumidor
- (A) toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a ele se equiparando, para fins de responsabilização civil, a vítima de dano decorrente da relação de consumo, ainda que dela não tenha participado.
 - (B) toda pessoa física ou jurídica que adquire produto ou serviço para atividade-meio ou como destinatário final, a ele se equiparando, para fins de responsabilização civil, a vítima de dano decorrente da relação de consumo, desde que dela tenha participado.
 - (C) a pessoa física que adquire ou utiliza produto como destinatário final, a ele se equiparando, para fins de responsabilização civil, a vítima de dano decorrente da relação de consumo, desde que dela tenha participado.
 - (D) a pessoa física que esteja em situação de hipossuficiência em relação ao fornecedor, ainda que não se trate do destinatário final do produto ou serviço.
 - (E) a pessoa física ou jurídica que esteja em situação de hipossuficiência em relação ao fornecedor, ainda que não se trate do destinatário final do produto ou serviço.
-
53. No regime da comunhão parcial de bens,
- (A) pode o cônjuge, sem autorização do outro, prestar aval, porém não fiança.
 - (B) comunicam-se os bens adquiridos na constância do casamento, ainda que por doação, porém não por sucessão.
 - (C) não pode o cônjuge, sem autorização do outro, alienar bens imóveis, ainda que adquiridos antes do casamento.
 - (D) comunicam-se os bens adquiridos na constância do casamento, ainda que por doação ou sucessão.
 - (E) excluem-se da comunhão os bens adquiridos por fato eventual, a exemplo dos prêmios de loteria.
-
54. Feita a partilha, os herdeiros respondem pelas dívidas do falecido
- (A) em partes iguais, ainda que tenha sido desproporcional a divisão da herança.
 - (B) solidariamente, porém somente até os limites da herança.
 - (C) solidariamente, porém somente se houver prova documental da obrigação.
 - (D) proporcionalmente à parte que lhes coube na herança.
 - (E) solidariamente, ainda que superem o valor da herança.
-
55. Tício, diretor de uma construtora, celebrou com Mévio, funcionário público, contrato por meio do qual este lhe garantiria privilégios em licitações públicas em troca de pagamento mensal de R\$ 5.000,00. Trata-se de negócio
- (A) nulo, podendo ser invalidado a pedido de qualquer interessado ou do Ministério Público, porém não de ofício, e não convalidando pelo decurso do tempo.
 - (B) nulo, devendo ser invalidado de ofício e não convalidando pelo decurso do tempo.
 - (C) anulável, devendo ser invalidado de ofício e não convalidando pelo decurso do tempo.
 - (D) válido, por atender aos usos e costumes.
 - (E) anulável, podendo ser invalidado a pedido de qualquer interessado ou do Ministério Público, porém não de ofício, e convalidando com o decurso do tempo.
-
56. Por meio de contrato escrito, Henrique prometeu dar ao filho Pedro, então com 18 anos, um veículo no dia de seu casamento, que ocorreu 12 anos depois. No entanto, Henrique negou-se a entregar o veículo, alegando prescrição. Pedro
- (A) poderá exigir cumprimento do contrato, pois não corre a prescrição pendendo condição resolutiva.
 - (B) não poderá exigir o cumprimento do contrato, pois, passados 4 anos, ocorreu decadência.
 - (C) poderá exigir cumprimento do contrato, pois não corre a prescrição pendendo condição suspensiva.
 - (D) não poderá exigir cumprimento do contrato, pois, passados 10 anos, ocorreu prescrição.
 - (E) poderá exigir o cumprimento do contrato, pois não corre a prescrição entre pais e filhos.
-
57. De acordo com o Código Civil, o mútuo
- (A) não transfere ao mutuário o domínio da coisa emprestada.
 - (B) autoriza o mutuário a devolver coisa de gênero, qualidade e quantidades diferentes da emprestada, desde que de igual valor.
 - (C) é empréstimo de coisa infungível.
 - (D) será de um ano, pelo menos, se for de dinheiro e as partes não houverem estipulado prazo.
 - (E) pode se destinar a fins econômicos, presumindo-se, neste caso, serem devidos juros, permitida a capitalização anual.



58. Com relação à inexecução das obrigações, de acordo com o Código Civil,
- (A) o devedor responde pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior se por eles houver expressamente se responsabilizado.
 - (B) inadimplida a obrigação, o devedor responde por perdas e danos, incluindo correção monetária mas não juros nem honorários de advogado.
 - (C) nos contratos onerosos, as partes respondem apenas em caso de culpa, sem exceção.
 - (D) nos contratos benéficos, responde apenas por dolo o contratante a quem o contrato aproveita.
 - (E) inadimplida a obrigação, o devedor responde por perdas e danos, incluindo juros e correção monetária porém não honorários de advogado.
-
59. Em relação à posse, considere:
- I. Pode o possuidor direto defender sua posse contra o indireto.
 - II. A reintegração na posse é obstada pela alegação de propriedade.
 - III. Se mais de uma pessoa se disser possuidora, será mantida provisoriamente na posse, em regra, aquela que tiver a coisa.
 - IV. O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração a que não der causa.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III e IV, apenas.
 - (B) I, III e IV, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e IV, apenas.
-
60. Em relação à propriedade, é correto afirmar:
- (A) A propriedade imóvel é transferida com a escrituração de compromisso de compra e venda.
 - (B) A propriedade imóvel é transferida com a subscrição de compromisso de compra e venda.
 - (C) Em regra, os frutos, ainda quando separados, pertencem ao proprietário da coisa.
 - (D) A tradição transfere a propriedade ainda que tenha por título negócio jurídico nulo.
 - (E) O proprietário tem o direito, contra o dono de propriedade vizinha, de fazer cessar as interferências prejudiciais ao sossego, ainda que sejam justificadas pelo interesse público.
-

Direito Penal

61. Em relação aos crimes contra as finanças públicas, é correto afirmar:
- (A) O tipo previsto no artigo 359-D do Código Penal (ordenação de despesa não autorizada) não admite o dolo eventual.
 - (B) O tipo do artigo 359-B do Código Penal (inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar) admite a modalidade culposa.
 - (C) Comete o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar aquele que ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em resolução do Senado Federal.
 - (D) O crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar admite a tentativa.
 - (E) O tipo previsto no artigo 359-D do Código Penal (ordenação de despesa não autorizada) é crime de mera conduta.
-
62. Com relação ao crime de contratação de operação de crédito (art. 359-A do CP), é correto afirmar:
- (A) Incide na mesma pena do referido crime aquele que ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, quando o montante da dívida consolidada excede o limite mínimo autorizado por lei.
 - (B) Incide na mesma pena do referido crime aquele que ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal.
 - (C) Comete o crime aquele que ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo, ainda que com prévia autorização legislativa.
 - (D) Comete o crime aquele que ordena ou autoriza operação de crédito, interno ou externo, ainda que com prévia autorização legislativa.
 - (E) A pena é de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.
-



63. Constitui crime funcional contra a ordem tributária:

- I. extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido, ainda que exato, de tributo ou contribuição social.
- II. exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.
- III. patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.
- IV. favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.

Está correto o que afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

64. No crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura,

- (A) admite-se forma culposa.
- (B) é inadmissível a tentativa.
- (C) há uma proibição absoluta de assumir obrigação em fim de mandato ou legislatura.
- (D) a consumação ocorre com a assunção da obrigação.
- (E) a pena é de reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

65. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O crime de prestação de garantia graciosa consuma-se com a ocorrência de prejuízo efetivo para os cofres públicos.
- II. O crime de prestação de garantia graciosa admite a modalidade culposa.
- III. O crime de não cancelamento de restos a pagar é crime omissivo puro.
- IV. Para a consumação do crime de não cancelamento de restos a pagar não se exige que haja prejuízo efetivo para a Administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

66. O número de dias anteriores ao final do mandato ou legislatura em que considerar-se-á que incorre no crime de aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura aquele que ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, conforme legislação vigente, é

- (A) noventa.
- (B) cento e oitenta.
- (C) cento e vinte.
- (D) trezentos e sessenta.
- (E) cento e cinquenta.

67. Constitui crime praticado por particular contra a ordem tributária

- (A) deixar de aplicar, ou aplicar de acordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- (B) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito ativo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- (C) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se totalmente de pagamento de tributo.
- (D) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
- (E) exigir, pagar ou receber, para si e, concomitantemente, para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.



68. O crime de inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A do Código Penal) pode ser cometido
- (A) pelo funcionário autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração pública, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
 - (B) por qualquer pessoa que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração pública.
 - (C) por qualquer funcionário, público ou não, com a finalidade de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
 - (D) pelo funcionário que modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática, pública ou não, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
 - (E) pelo funcionário que modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

69. Constitui crime contra as relações de consumo
- (A) destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar prejuízo à concorrência, em proveito próprio ou de terceiros.
 - (B) favorecer ou preferir comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
 - (C) misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo.
 - (D) vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ainda que corresponda à respectiva classificação oficial.
 - (E) aumentar preços por meio de aviso de inclusão de insumo utilizado na produção do bem ou na prestação dos serviços.

70. Comete crime de
- (A) corrupção passiva aquele que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - (B) concussão aquele que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
 - (C) peculato aquele que revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
 - (D) condescendência criminosa o funcionário que, criminosamente, retardar ou deixar de praticar, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal ou auferir proveito econômico.
 - (E) advocacia administrativa aquele que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

Direito Constitucional

71. Tramita desde 2007, perante as Casas do Congresso Nacional, uma proposição legislativa que tem por objetivo convocar plebiscito para que se decida sobre a conveniência da criação do Estado do Gurgueia, a partir do desmembramento da porção sul do Estado do Piauí, equivalente a 61,85% da área atual deste estado, em região na qual vive o equivalente a cerca de 21,5% da população estadual, conforme dados apurados à época da apresentação do projeto. Nesse caso, considerada a disciplina da matéria na Constituição da República,
- (A) a extensão do território remanescente do Estado do Piauí não atende ao mínimo estabelecido na Constituição para fins de desmembramento de Estados.
 - (B) a população do Estado do Gurgueia não atenderia à taxa mínima de adensamento populacional, tal como prevista na Constituição, proporcionalmente à extensão da área a ser desmembrada do Estado do Piauí.
 - (C) após a realização da consulta, mediante o plebiscito convocado pelo Congresso Nacional, haveria ainda necessidade de aprovação do desmembramento do Estado por lei complementar estadual.
 - (D) a proposição legislativa em questão é inconstitucional, uma vez que a competência para convocação do plebiscito é da Assembleia Legislativa.
 - (E) o plebiscito deve destinar-se à consulta da população diretamente interessada, assim entendida tanto a população da área a ser desmembrada, quanto a da área remanescente.



72. Relativamente à participação do chefe do Poder Executivo no processo legislativo, a Constituição da República estabelece que
- I. são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação de Ministérios, sendo vedada, nesta hipótese, a apresentação de propostas de emendas de origem parlamentar que impliquem aumento da despesa prevista.
 - II. é de sua competência a promulgação das leis complementares e ordinárias, exceto se, tendo havido veto à proposição legislativa, tenha ele sido derrubado pelo Congresso Nacional.
 - III. o veto deverá ser apreciado em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, inclusive quando aposto a projeto de lei de conversão que altere o texto original de medida provisória.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) I e II.

73. Em meio a diversas medidas voltadas para o combate à violência, o Secretário de Segurança Pública de determinado Estado da federação edita uma Portaria limitando o horário de funcionamento, no período noturno, dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas no território do Estado. Nesse caso, à luz da Constituição da República,

- (A) o ato normativo é inconstitucional, por usurpação de competência privativa da União para legislar sobre produção e consumo.
- (B) o Estado somente poderia editar lei ou ato normativo sobre a matéria, e ainda assim para atender a suas peculiaridades, se para tanto dispusesse de autorização prévia em lei complementar federal.
- (C) o ato normativo é inconstitucional, por usurpação de competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.
- (D) a matéria relativa à preservação da ordem pública é de competência do Estado, que para esse fim, no entanto, deve estabelecer por lei, e não por ato normativo de autoridade administrativa, o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais em seu território.
- (E) a matéria relativa à preservação da ordem pública é de competência do Estado, que pode, para esse fim, estabelecer por meio de ato normativo de autoridade administrativa o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais em seu território.

74. Governador de Estado em exercício de segundo mandato não consecutivo pretende candidatar-se à reeleição e o filho que sua atual esposa adotara antes de se casarem, no início do mandato em curso, pretende candidatar-se a Deputado Estadual, pela primeira vez, no mesmo pleito, no mesmo Estado da federação. Nessa situação, consideradas as causas de inelegibilidade previstas na Constituição da República e supondo que as demais condições de elegibilidade estariam preenchidas por ambos,

- (A) nem o Governador do Estado, nem o filho adotado por sua esposa poderão candidatar-se, por serem ambos atingidos por causas de inelegibilidade.
- (B) o Governador do Estado não poderia candidatar-se em hipótese alguma e o filho adotado por sua esposa somente poderia candidatar-se se já estivesse no exercício de mandato de Deputado Estadual.
- (C) o Governador poderá candidatar-se, mas não o filho adotado por sua esposa, que é atingido por causa de inelegibilidade reflexa prevista na Constituição.
- (D) o filho adotado pela esposa poderá candidatar-se, mas não o Governador, que é atingido por causa de inelegibilidade direta.
- (E) tanto o Governador quanto o filho adotado por sua esposa poderão candidatar-se, por não serem atingidos por causas de inelegibilidade.

75. Cidadão que pretenda obter, judicialmente, a anulação de atos de despesas com hospedagem e alimentação de familiares do Presidente da República, autorizados e praticados em viagem oficial pelo próprio chefe do Executivo federal, bem como o consequente ressarcimento ao erário das verbas dispendidas a esse título, sob alegação de ofensa à moralidade administrativa e lesividade ao patrimônio público, poderá, em tese, valer-se de

- (A) mandado de segurança, de competência da Justiça federal.
- (B) ação civil pública, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (C) ação popular, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) mandado de segurança, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (E) ação popular, de competência da Justiça federal.



76. Considere as seguintes situações à luz da disciplina constitucional dos princípios gerais da atividade econômica:
- I. Lei estadual que condiciona a concessão de regime especial de tributação à apresentação, pelo contribuinte, de certidão negativa de débito de tributos estaduais.
 - II. Exigência, pela Fazenda Pública, de prestação de fiança, garantia real ou fidejussória para a impressão de notas fiscais de contribuintes em débito com o fisco.
 - III. Previsão, em norma legal federal, de cancelamento do registro especial para industrialização de cigarros, por descumprimento de obrigações tributárias relativas ao imposto sobre produtos industrializados.
- Há ofensa ao princípio da livre atividade econômica no que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III.
-
77. Não poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, ainda quando confrontada com a Constituição da República, a lei
- (A) do Distrito Federal editada no exercício de sua competência legislativa municipal.
 - (B) do Distrito Federal editada no exercício de sua competência legislativa estadual.
 - (C) estadual que invada competência legislativa do Município.
 - (D) federal que, promulgada após a entrada em vigor da Constituição vigente, tenha sido revogada por lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) estadual que disponha sobre normas gerais de matéria de competência legislativa concorrente, quando preexistente lei federal a esse respeito.
-
78. Integra a sistemática de separação de poderes prevista na Constituição da República a
- (A) aprovação, pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação à Administração pública direta e indireta, nas três esferas da federação.
 - (B) nomeação, pelo Presidente da República, de um quinto dos membros dos Tribunais Superiores, à exceção do Supremo Tribunal Federal, dentre advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, indicados em listas formadas pelos órgãos de classe respectivos.
 - (C) sustação, pelo Senado Federal, dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem dos limites da delegação legislativa.
 - (D) suspensão, por lei federal superveniente sobre normas gerais em matéria de competência legislativa concorrente, da eficácia de lei estadual, no que lhe for contrária.
 - (E) aprovação, pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, de Presidente e diretores do Banco Central.
-
79. No curso de processo administrativo disciplinar, tendo por objeto a apuração de conduta supostamente irregular de servidor da Administração pública direta, identificou-se a necessidade de realização dos seguintes atos instrutórios: a) busca e apreensão de documentos no ambiente de trabalho e na residência do servidor; b) quebra de seus sigilos fiscal e bancário; e c) interceptação de suas comunicações telefônicas. Sem o consentimento do servidor cuja conduta é apurada, dependerá de prévia determinação judicial a obtenção das medidas referentes à
- (A) quebra de sigilos fiscal e bancário; e interceptação de comunicações telefônicas, assegurado, no primeiro caso, o direito à ampla defesa e ao contraditório.
 - (B) busca e apreensão de documentos na residência do servidor; e interceptação de comunicações telefônicas, assegurado, no primeiro caso, o direito à ampla defesa e ao contraditório.
 - (C) busca e apreensão de documentos no ambiente de trabalho e na residência do servidor; quebra de sigilos fiscal e bancário; e interceptação de comunicações telefônicas, assegurado, em qualquer caso, o direito à ampla defesa e ao contraditório.
 - (D) busca e apreensão de documentos na residência do servidor; quebra de sigilo bancário; e interceptação de comunicações telefônicas, assegurado, no último caso, o direito à ampla defesa e ao contraditório.
 - (E) busca e apreensão de documentos na residência do servidor; e quebra de sigilos fiscal e bancário, assegurado, no último caso, o direito à ampla defesa e ao contraditório.
-
80. A vedação constitucional da vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa
- (A) alcança a realização de atividades da administração tributária, salvo para o fim de compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, entre os diferentes entes da Federação, na forma da lei ou convênio.
 - (B) pode ser excepcionada, mediante prévia autorização legislativa, para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos vinculados à seguridade social.
 - (C) admite exceções, estabelecidas em lei complementar, e desde que a vinculação se dê, caso a caso, mediante prévia autorização legislativa.
 - (D) não alcança a prestação de garantia ou contragarantia à União, em se tratando de receitas próprias geradas pelos impostos de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (E) somente se excepciona para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.